



Genildo Magalhães/Senado Federal

Projeto permite saque do FGTS para vítimas de deslizamentos

Vítimas de deslizamento de encostas ou de queda de barreiras poderão passar a sacar dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Projeto com essa finalidade, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovado em dezembro pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e encaminhado à Câmara dos Deputados.

De acordo com a proposta (PLS 158/07), as pessoas poderão retirar do FGTS até o limite de R\$ 4.650. A lei que trata do FGTS (Lei 8.036/90) já permite o uso do saldo em caso de necessidade decorrente de desastre natural. No entanto, o Decreto 5.113/04, que regulamentou a matéria, não incluiu deslizamento de encostas e queda de barreiras

entre os desastres naturais cujas vítimas podem ser beneficiadas com o saque do dinheiro do fundo.

Assim, na avaliação de Crivella, a proposta corrige uma lacuna, ao acrescentar à lei um rol mais completo dos eventos naturais que podem atingir a população brasileira. O senador observou que deslizamento de

encostas e queda de barreiras são muito comuns no país.

Para a relatora do projeto na CAE, Ideli Salvatti (PT-SC), o uso do FGTS num momento de desastre causado pelas chuvas (como o que ocorre atualmente no estado do Rio de Janeiro) pode amenizar situações de fragilidade social e econômica dos trabalhadores.

Marina: clima exige atenção continuada

Senadora sugere que o Congresso crie comissão permanente de acompanhamento de desastres; Gurgacz defende ação integrada

A SENADORA MARINA Silva (PV-AC) propôs na sexta-feira que a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que se reúne nesta semana (veja abaixo), crie uma comissão permanente de acompanhamento de desastres, como as enchentes que devastaram a Região Serrana do Rio de Janeiro, a capital e o interior de São Paulo, além de municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo. Para a senadora, é importante que o Congresso preste sua contribuição às pessoas atingidas pelos desastres ambientais e apresente propostas que evitem catástrofes ou reduzam suas ocorrências.

Marina criticou a inexistência de medidas preventivas e a adoção de medidas provisórias emergenciais, que não trarão de volta as centenas de vidas levadas pela tragédia.



Marina Silva observa que alerta sobre mudança no clima foi dado na Rio-92

– O que é lamentável é que são tragédias anunciadas. Está-se naturalizando o descaso, tratando essas calamidades como se fossem fruto de algo natural – lamentou.

A solução, na opinião da senadora, está em ações integradas

dos governos federal, estaduais e municipais, com a utilização de sistemas de alerta, elaboração de mapas de risco e mobilização da defesa civil, corpo de bombeiros e líderes comunitários. Marina sugeriu ainda que devem ser utilizados os meios tecnológicos disponíveis, como os computadores avançados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O alerta sobre mudanças climáticas foi dado já na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, lembrou.

– Nós temos que nos adaptar à natureza. A natureza não vai se adaptar a nós – comentou.

Na sexta-feira, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) divulgou nota destacando a necessidade de atuação integrada dos governos para implementar mecanismos



Valter Campanato/Abir

Deslizamento em Teresópolis: na sexta-feira, o município já registrava mais de 220 mortes

de prevenção.

– Cabe a nós analisarmos o problema a fundo. É inaceitável não termos estações funcio-

nando para salvar vidas, mas termos de gastar milhões para reconstruir, indenizar e enterrar centenas de inocentes.

Comissão Representativa do Congresso

Formada por oito senadores e 17 deputados, delibera sobre assuntos urgentes que requerem o exame do Legislativo durante o recesso parlamentar

SENADORES

TITULARES

- José Sarney (PMDB-AP)
- Demóstenes Torres (DEM-GO)
- Alvaro Dias (PSDB-PR)
- Renan Calheiros (PMDB-AL)
- Eduardo Suplicy (PT-SP)
- Gim Argello (PTB-DF)
- Cristovam Buarque (PDT-DF)
- José Nery (PSOL-PA)

SUPLENTES

- Adelmir Santana (DEM-DF)
- Lúcia Vânia (PSDB-GO)
- Valdir Raupp (PMDB-RO)
- Romero Jucá (PMDB-RR)
- João Ribeiro (PR-TO)
- Epitácio Cafeteira (PTB-MA)
- Acir Gurgacz (PDT-RO)
- Mão Santa (PSC-PI)

DEPUTADOS

TITULARES

- Alberto Fraga (DEM-DF)
- Arnaldo Jardim (PPS-SP)
- Cleber Verde (PRB-MA)
- Dr. Paulo César (PR-RJ)
- Eduardo Gomes (PSDB-TO)
- Eduardo Valverde (PT-RO)
- Fernando Marroni (PT-RS)
- Geraldo Resende (PMDB-MS)
- João Almeida (PSDB-BA)
- José Carlos Aleluia (DEM-BA)
- Manato (PDT-ES)
- Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG)
- Marco Maia (PT-RS)
- Mauro Benevides (PMDB-CE)
- Paes Landim (PTB-PI)
- Pedro Chaves (PMDB-GO)
- Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

SUPLENTES

- Duarte Nogueira (PSDB-SP)
- George Hilton (PRB-MG)
- Guilherme Campos (DEM-SP)
- Hugo Leal (PSC-RJ)
- Jorge Khoury (DEM-BA)
- Jovair Arantes (PTB-GO)
- Leandro Vilela (PMDB-GO)
- Mauro Lopes (PMDB-MG)
- Nelson Meurer (PP-PR)
- Raul Jungmann (PPS-PE)
- Rogério Marinho (PSDB-RN)
- Rubens Otoni (PT-GO)
- Virgílio Guimarães (PT-MG)
- Zezéu Ribeiro (PT-BA)

Congresso Nacional vai discutir medidas para ajudar Rio de Janeiro

Em consenso com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, José Sarney, convocou para 20 de janeiro, às 10h, reunião da Comissão Representativa do Congresso destinada a discutir a adoção de providências parlamentares capazes de ajudar o Rio de Janeiro a enfrentar a destruição causada pelas chuvas.

Na sexta-feira, Sarney apresentou requerimentos de voto de solidariedade às populações do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Os textos, a serem apreciados pela Comissão Representativa, deverão conter ainda “a disponibilidade do Congresso e de cada uma de suas Casas para votar, da forma mais pronta e rápida possível, as medidas emergenciais necessárias à mitigação da tragédia, assim como outras medidas visando à reconstrução das cidades e à normalização das vidas

das famílias atingidas”.

A decisão de convocar os parlamentares foi tomada no momento em que a presidente Dilma Rousseff envia ao Parlamento a primeira medida provisória do seu governo (MP 522/11), que liberou R\$ 780 milhões em favor dos ministérios dos Transportes e da Integração Nacional para obras emergenciais, a maioria no Rio de Janeiro.

A Comissão deverá debater também, a pedido da senadora Marina Silva (PV-AC), outras medidas para minimizar os efeitos das chuvas.

Em janeiro passado, outra tragédia motivou a convocação da Comissão: o terremoto do Haiti, que matou mais de 200 mil pessoas, entre as quais 22 brasileiros. Na ocasião, foi aprovada mensagem do governo que solicitava o envio de mais 1.300 militares brasileiros para se somar a outros 1.300 militares que já se encontravam no Haiti.

Proposta visa autorizar alienação antecipada 2

Começa hoje troca do RG por documento com chip 2

Cortes no Orçamento só em fevereiro, diz Mantega 2

Medida evita que bens se deteriorem e percam valor enquanto se aguarda o julgamento dos réus em casos de roubo, estelionato ou tráfico de drogas



Leilão de bens apreendidos realizado pela Receita Federal em Brasília: atualmente, a atividade é permitida somente em alguns casos

Mantega: cortes no Orçamento só em fevereiro

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, desautorizou na sexta-feira qualquer especulação no governo quanto a cortes que venham a ser feitos no Orçamento da União para este ano. As informações são da Agência Brasil. Qualquer definição a respeito de cortes "vai demorar de duas a três semanas", ou seja, não ocorrerá antes de fevereiro, afirmou o ministro. A imprensa tem divulgado que a orientação do Ministério da Fazenda seria de corte de até R\$ 50 bilhões.

O Orçamento de 2011 (PLN 59/10), aprovado pelo Congresso Nacional em 22 de dezembro, já contempla um cenário econômico voltado para a austeridade no gasto público. O texto com a redação final, preparado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), chegou na semana passada à Mesa do Congresso, para encaminhamento à presidente Dilma Rousseff.

Guido Mantega também disse, segundo a Agência Brasil, que "não há nada definido" em relação ao aumento do salário mínimo. O valor estabelecido pela Medida Provisória 516/10, editada ainda pelo presidente Lula, foi o mesmo previsto no Orçamento: R\$ 540. O próprio Mantega havia afirmado, na semana anterior, que o governo vetaria qualquer aumento adicional.

Projeto permite venda antecipada de bens apreendidos por decisão judicial

O CONSELHO NACIONAL de Justiça (CNJ) estima em R\$ 2,2 bilhões o valor dos bens apreendidos por decisão judicial – em casos que podem incluir roubo, estelionato ou tráfico de drogas. Esses bens incluem carros, computadores, aplicações financeiras, armas, imóveis, aviões e metais preciosos. Para evitar que eles se deteriorem e percam valor enquanto se aguarda o julgamento dos réus, Paulo Tamburini, conselheiro do CNJ, defende a aprovação de um projeto de lei que permite a venda antecipada de tais itens – o que hoje é permitido apenas em alguns casos.

Esse projeto (PLS 150/06) foi aprovado pelo Senado em de-



Proposta de Serys Slhessarenko refere-se ao crime organizado

zembro de 2009 e, atualmente, tramita na Câmara (como PL 6578/09). O texto possui mais de 30 artigos e não se refere apenas a essa questão. A autora da proposta, senadora Serys



Artigo acrescentado por Mercadante trata da venda antecipada

Slhessarenko (PT-MT), apresentou um projeto para tratar de um tema mais amplo: o crime organizado. Foi o então senador Aloizio Mercadante (PT-SP), agora ministro da Ciência e

Tecnologia, quem acrescentou um artigo para permitir a venda antecipada.

Atualização

Em seu relatório, Mercadante defende a alienação (venda) antecipada e o depósito dos valores em conta judicial remunerada. Ele argumenta que, dessa forma, os recursos irão para o Estado quando houver condenação definitiva ou, se houver absolvição, o acusado receberá não um bem depreciado pelo tempo ou pela utilização indevida, mas um valor em moeda correspondente àquele que o bem possuía à época em que foi decretada sua indisponibilidade".

Troca de carteiras de identidade por cartão com chip começa hoje

O Ministério da Justiça confirmou para hoje o início da troca da carteira de identidade (RG) pelo novo cartão do Registro de Identidade Civil (RIC) com chip. As pessoas, selecionadas aleatoriamente, serão convocadas por carta a partir desta semana, começando por Brasília, Rio de Janeiro e Salvador. As informações são da Agência Brasil.

O RIC, número único de registro de identidade civil disponível por meio de um cartão magnético com a impressão digital e um chip, promete pôr fim à necessidade de o brasileiro portar vários documentos. Criado pela Lei 9.454/97, o RIC teve origem em projeto de lei (PLS 32/95) do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Sancionada em 1997, a lei

só se tornou realidade em dezembro do ano passado, com o lançamento oficial da nova identidade pelo então ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto. O ministério prevê concluir a substituição dos documentos até 2019. O investimento no processo de substituição é de R\$ 90 milhões.

O RIC terá como informações obrigatórias nome, sexo, data de nascimento, foto, filiação, naturalidade, assinatura, impressão digital do indicador direito, órgão emissor, local e data de expedição, além da data de validade do cartão. Já os antigos números de RG, título de eleitor e CPF serão optativos, bem como o tipo sanguíneo e a condição de ser ou não doador de órgãos.



Modelo do Registro de Identidade Civil: substituição proposta por Simon deve ser concluída até 2019

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: *
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920